

AS CONCEPÇÕES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO SOBRE EDUCAÇÃO DA MULHER (1922-1979)

Nailda Marinho da Costa Bonato - UNIRIO

Segundo Soihet houve uma grande reviravolta nos estudos históricos nas últimas duas décadas, com as preocupações se voltando para as “temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse”, surgindo às mulheres como objeto de estudo. Nesta perspectiva, foi fundamental a história cultural “preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns”. Dessa forma, prossegue ela – “Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”.¹

No campo da educação Cambi entende que, a partir dos anos oitenta “a pedagogia foi atravessada por um feixe de ‘novas emergências’, novas exigências e novas fórmulas educativas, novos sujeitos dos processos formativos/educativos e novas orientações político-culturais”. Para esse autor, entre essas novas orientações político-culturais, temos os movimentos femininos iniciados ainda no século XIX, visando buscar o resgate social e a afirmação política das mulheres, “reclamando o voto, a instrução, as tutelas sociais para o trabalho feminino e a maternidade puseram no centro da consciência educativa e da reflexão pedagógica o problema do ‘gênero’ “. ²

A questão da educação das mulheres tem ocupado, principalmente a partir da década de noventa, uma posição relevante no conjunto dos temas relacionados à educação no Brasil. Para se pensar a educação feminina no presente se faz necessário ir ao passado visando compreender como as mulheres e sua forma de inserção na instituição escolar e na sociedade foram se modificando ao longo do tempo. Isso nos leva a buscar o lugar de sua própria participação nesse processo, tendo em vista a sua história de luta política reivindicatória por direitos sociais e garantias individuais. Como nos ensina Le Goff precisamos “estar atentos às relações entre presente e passado, isto é, compreender o presente pelo passado, mas também compreender o passado pelo presente...”³. Sobre a história do movimento feminista brasileiro, sua relação com a trajetória de inserção das

mulheres na sociedade e nesse espaço oficial chamado Escola e seus reflexos nos dias de hoje pouco ou nada se tem. Visando preencher um pouco dessa lacuna, tomamos como objeto de estudo – “As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino sobre a educação da mulher”.

A pesquisa tem como objetivo analisar o ideário educativo defendido pela Federação relativo à educação das mulheres, entendendo-a como expressão significativa do movimento feminista brasileiro; e como fonte privilegiada o Fundo⁴ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino contido no acervo do Arquivo Nacional⁵. É balizada pelas seguintes indagações: quais foram os motivos de criação da Federação? Qual era o seu ideário educativo, tendo em vista se constituir expressão significativa na história do movimento feminista brasileiro? Quais as razões históricas, políticas, econômicas, sociais, ideológicas geradoras de suas concepções sobre a educação e instrução das mulheres? Quais as transformações sofridas no pensamento educacional da entidade no percurso de sua existência, assim como os seus motivos? Em sua trajetória de luta, quais as suas contribuições para o acesso das mulheres a uma maior escolarização e inserção social? A Federação teve influência nas políticas públicas instituídas visando à educação feminina?

Entendemos o Fundo FBPF como uma fonte primordial⁶ que encerra múltiplas possibilidades de pesquisa, pela sua variedade de espécies documentais e pelas possíveis temáticas que podemos nele encontrar para estudo. Há uma variedade de espécies documentais produzidas e acumuladas no percurso de existência da Federação ainda não exploradas, pelo menos no campo da educação, que nos leva a pensar a participação dessa entidade nas questões postas à educação feminina e suas repercussões seja no âmbito oficial do sistema educacional, seja na sociedade em geral. Boletins de divulgação, estatutos da entidade, livros de atas, cartas, bilhetes, relatórios, recortes de jornais e revistas, fotografias, discursos, entrevistas, artigos, além de documentos pessoais de Bertha Lutz,⁷ pioneira das lutas feminista brasileira e a sua mais conhecida representante, tais como: curriculum vitae, passaporte, título de eleitor, dados biográficos, entre tantos outros, nos apontam e nos ajudam a pensar as concepções sobre educação feminina daquela

agregação associativa, suas idéias, divergências e confluências. Destaca-se um significativo conjunto de aproximadamente 98 imagens fotográficas referentes às suas atividades e de suas associadas e a documentação referente a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino⁸ ocorrida no Rio de Janeiro, em 1922, ano de fundação da Federação⁹.

A pesquisa é norteada por dois caminhos, porém não excludentes: a análise documental e a pesquisa bibliográfica. Como estratégia metodológica inicialmente está sendo feito um levantamento, seleção, identificação e descrição em todo o Fundo arquivístico das fontes (escritas e imagéticas) que trazem a questão da educação, considerando o período de estudo proposto. Este procedimento vem tornando necessária a busca de novas fontes no Arquivo Nacional e em outras instituições de memória, visando cruzar a leitura da documentação em foco com essas outras fontes, para se ter um corpus de interlocução para a compreensão do problema. Ciro Flamarion Cardoso¹⁰ ao discutir o uso de *novas* fontes como recurso histotográfico entende que qualquer que seja o tipo de fonte usada, deve ser confrontada com outras fontes e aplicável a qualquer tipo de fonte, seja escrita ou imagética, *tradicional* ou *nova*. Se faz necessário o cruzamento de várias fontes para se entender o objeto de estudo no qual está se trabalhando, sendo a interpretação dos dados coletados por parte do historiador de fundamental importância, pois os documentos “não falam por si”, como nos diz Decca “os historiadores obrigam que eles falem, inclusive, a respeito de seus próprios silêncios.”¹¹

Esta pesquisa está no seu estágio inicial, por isso o que apresentamos no momento são apenas notas, uma comunicação, não contendo ainda uma reflexão aprofundada do conteúdo encontrado. Através das fontes, estamos tentando resgatar a memória de parte do pensamento feminista brasileiro, que tomou forma nas primeiras décadas do século XX, pertinente à educação e instrução da mulher brasileira, buscando através das leituras dos documentos também compreender a tessitura em que as concepções se forjaram e o contexto histórico-social em que se desenvolveram.

A década de vinte é de grande efervescência cultural e política, marcada por insatisfações e pela busca de soluções para os problemas existentes no Brasil como, por

exemplo, a corrupção presente no sistema eleitoral vigente e o flagelo do analfabetismo. Movimentos como o Tenentismo, o Modernismo, a criação do Partido Comunista Brasileiro, o crescimento do Feminismo são marcos desse momento.¹² Conforme Araújo, na capital, os ideais de emancipação feminina ressoam influenciados pelos movimentos feministas europeus e americanos, “a produção cultural, o comportamento social e a moda tentam seguir os modelos dos países considerados avançados”.¹³

Com sede no Rio de Janeiro então capital do país, a Federação presidida por Bertha Lutz, contava com um material de divulgação de suas idéias, principalmente na capital lócus privilegiado de manifestações sócio-políticas culturais. Após estudos na Europa, a bióloga de volta ao Brasil, em 1918, então com 24 anos, lutou fervorosamente pela emancipação feminina no sentido de que fossem devidamente reconhecidos os direitos da mulheres como pessoas humanas e membros ativos da sociedade. Com este objetivo criou em 1919 a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher; dessa iniciativa também tomou parte a professora e escritora Maria Lacerda de Moura que por divergências de idéias acabou se afastando do grupo.¹⁴ Posteriormente passou a denominar-se Liga pelo Progresso Feminino. A adesão de mulheres de outros estados às idéias da entidade, provocou a formação da Federação das Ligas pelo Progresso Feminino que, em 19 de agosto de 1922, após a participação de Bertha Lutz, na Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, Estados Unidos, se tornaria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, uma referência do movimento feminista brasileiro na primeira metade do século XX.¹⁵

Organiza a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino, também presidida por Bertha Lutz, naquele mesmo ano. A Conferência¹⁶ teve como tese geral: “A colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher no bem social e aperfeiçoamentos humanos”. As teses¹⁷ apresentadas no evento foram as seguintes: 1) “As funções do magistério público primeiro devem ser privativas das mulheres em todos os graus? Qual a colaboração que podem ter os homens?” 2) “O ensino primário deve ser obrigatório? Desde que idade a criança deve receber a educação proporcionada pelo Estado? As escolas e classes maternas. Os Jardins da infância. É recomendável em todas as idades a co-

educação dos sexos? No caso negativo, em que idade deve cessar? 3) “Deve ser facultado o ingresso às mulheres em todos os cargos civis de ensino superior e secundário? Nos aludidos cursos deve haver seções especiais para as alunas ou, ao contrário, devem elas freqüentar as aulas e exercícios escolares juntamente com os rapazes? Na hipótese do ensino simultâneo dos sexos há necessidade de providencias administrativas para resguardar a boa ordem e a disciplina? Nos casos afirmativos, quais são elas? O incentivo ao ensino doméstico nas escolas femininas segundo o “os mais modernos modelos americanos e europeus” e o franqueamento das escolas de nível secundário e superior às mulheres, como era o caso do Colégio Pedro II de ensino secundário destinado exclusivamente aos meninos, eram reivindicações colocadas ainda passíveis de análise e reflexões mais profundas de nossa parte.

Cabe sinalizar que, na Comissão de Educação e Instrução¹⁸, a discussão foi fervorosa ficando claro que as conclusões não correspondiam ao pensamento de todas as suas associadas. A título de exemplo, trazemos aqui parte da discussão travada quanto à função e a formação para o magistério primário. São significativas as proposições defendidas pela diretora da Escola de Aplicação, uma das representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. Defende que a Escola Normal deve ser exclusivamente destinada ao sexo feminino por ser a mulher mais apta para a função pelas características que apresenta por natureza: meiga, paciente, dócil, maternal, afetiva, entre outras. Enquanto os meninos cursavam o ensino secundário, visando o acesso aos cursos superiores a maioria das moças cursava a Escola Normal destinada “a profissionalização e/ou ao preparo para o lar.”¹⁹

A proposição é contestada pela delegada do Espírito Santo argumentando que embora reconheça possuir a mulher “muito mais que o homem sentimentos affectivos, paciência e astúcia pa. comprehender a alma da criança e educal-a, não se sinta deslocada, ao sahir do seio da família pa. a escola”, há a necessidade de rapazes no ensino primário considerando que a instrução primária não é oferecida apenas nas capitais, onde a criança já tem uma vivência com a civilização, mas também nos sertões. Estes são locais onde a

comunicação é muito mais difícil sendo mais fácil aos homens “penetrar pa. civilisar” os filhos daqueles que vivem afastado da civilização e em pleno analfabetismo. Para ela, esta árdua tarefa é mais apropriada aos homens do que às mulheres. Também entende que o rapaz que não dispõe de recursos para pagar a matrícula dos Ginásios pode cursar a Escola Normal, em vez de se limitar apenas à instrução primária, sendo contraditório fechar as portas da Escola Normal aos homens se a entrada das mulheres no Colégio Pedro II e em outros cursos superiores era reivindicada naquele fórum de discussão. Mesmo com o acalorado debate a conclusão tirada para constar nos Anais foi a seguinte: “As funções do magistério público primário devem ser privativas das mulheres em todos os graus. A colaboração dos homens deve ser subsidiária.” Quanto ao Colégio Pedro II, fundado em 1837²⁰, a entrada de meninas só foi efetivamente concretizada em 1927.²¹ A presença feminina no Colégio representou de uma certa maneira o atendimento de uma das reivindicações das camadas médias e de parte do movimento feminista constituído naquela década.

É importante sinalizar que a Conferência contou com a presença do Diretor da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal Antonio Carneiro Leão (1922-1926), como membro da Comissão de Educação e Instrução, nacionalista identificado com a crença no poder da Educação como meio capaz de vencer as grandes mazelas sociais (o analfabetismo e as doenças que assolavam a cidade do Rio de Janeiro e o país) e implementar as bases do novo: um novo país, uma nova cidade, um novo homem, uma nova educação. E também com várias diretoras e professoras representantes da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e várias outras professoras representantes de outras unidades federativas assim como filiadas a Federação.

O II Congresso Internacional Feminista só vai acontecer nove anos depois, e de novo no Rio de Janeiro, em 1931, cujo levantamento documental estamos fazendo no momento. É de se destacar que encontramos, entre outros documentos, uma reportagem do *Diário Carioca*, pois os eventos mereceram uma massissa cobertura da imprensa escrita, pelo que podemos observar até o momento, registros fotográficos da mesa à visita das conferencistas

ao Colégio Pedro II, no momento do uso da palavra por parte de Ivone Monteiro da Silva, primeira aluna matriculada no Colégio em 1926, e da congressista Maria de Andrade, delegada de Sergipe.

O Fundo Federação nos proporciona múltiplas fontes, possibilitando estudos interdisciplinares, nos interessando as concepções daquela entidade pertinentes à educação das mulheres. Acreditamos ser esse trabalho de pesquisa uma contribuição para se pensar a trajetória da Federação e sua relação com a educação das mulheres hoje, que não se esgota em si mesmo, pois, ao ser exposto, abre múltiplas possibilidades de discussão, o que dá o tom da pesquisa e da produção acadêmica.

¹ **SOIHET**, Rachel. História das mulheres. In. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp.275-296.

² **CAMBI**, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999. (Encyclopaideia). p.638.

³ LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 34.

⁴ Termo aqui usado de acordo à definição dada pelo **Dicionário de terminologia arquivística**, a saber: “Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras”. p.40. Publicado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo coordenado por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberali Bellotto, 1996.

⁵ Documentação encontrada no Arquivo Nacional quando desenvolvia a pesquisa para a tese de doutoramento. Nailda Marinho da Costa. **A Escola Profissional para o sexo Feminino através da imagem fotográfica**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003. (Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de História, Filosofia e Educação, da Unicamp-SP).

⁶ José Honório Rodrigues, divide as fontes em primordiais e secundárias, porém, como nos diz, sem ter nenhuma regra rígida para essa classificação. Para ele o “historiador conserva a inteira liberdade de decidir, de conformidade com os princípios das disciplinas auxiliares e da crítica histórica, qual fonte deve ser considerada primordial e qual secundária”. O importante é que essa liberdade do historiador deve ser balizada por alguns critérios, tais como: é a “fonte primordial que deva ter preferência e autoridade sobre as outras” (p.143) RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1978. (Brasília: Série grande formato; v.20)

⁷ Bióloga graduada pela Universidade da Sorbonne, nomeada em 1919 para alto cargo no Museu Nacional. Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo – SP no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico-cientista Adolfo Lutz. A trajetória de Bertha se confunde com a própria trajetória da Federação. Seu pensamento é expresso, por exemplo, nos textos publicados nos *Boletins* daquela Entidade. Bióloga graduada pela Universidade da Sorbonne, nomeada em 1919 para alto cargo no Museu Nacional.

⁸ Sinalizamos que a bibliografia sobre Bertha Lutz e a Federação se refere a este evento como “1º Congresso Internacional pelo Progresso Feminino”; aqui estamos usando a denominação “Conferência” tal como encontrada nos originais do Arquivo da Federação. Entretanto, conforme os documentos em 1931 ocorre o “2º Congresso Internacional pelo Progresso Feminino”

⁹ Criada por um grupo de mulheres de classe média e de alta escolaridade, a entidade tinha como membros de sua diretoria: Bertha Lutz; Stella Durval; Jeronyma Mesquita; Cassilda Martins; Esther Ferreira Vianna; Evelina Arruda Pereira; Berenice Martins Prates. No Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado, encontramos verbetes de algumas dessas mulheres, a saber: Bertha Lutz (ver p. 106-112); Stella Durval (ver p. 502); Jeronyma Mesquita (ver p. 290-291); Evelina Arruda Pereira (ver p. 214-215). Mantivemos os nomes grafados como aparecem no documento original. Também encontramos um verbete referente à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF (ver p. 217-225). SCHMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. pp.106-112. Já foram encontradas no acervo correspondências entre as duas ativistas

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion S. Iconografia e história. In. **Resgate: revista interdisciplinar de cultura do**

Centro de Memória Unicamp. Campinas, SP: Papirus, 1990. p.11

¹¹ DE DECCA, Edgar Salvadori. "Narrativa e história". In. SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís (Orgs.) **História e historiografia da educação: o debate teórico-metodológico atual.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998. 17-25. (Coleção Educação Contemporânea) p.23.

¹² Cf. NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. E SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro: Anped; Campinas-SP: Autores Associados, set./out./nov./dez./2000, n.15, pp.97-117.

¹³ **ARAÚJO**, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer:** a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p.72

¹⁴ Conforme o **Dicionário de mulheres**, mudando-se para São Paulo "ficou indignada ao se deparar com as condições de vida do proletariado paulista. Abandonou, então, o discurso ameno e reformista do grupo ligado a FBPF e optou por maneiras mais contundentes de atuar politicamente, envolvendo-se intensamente com o movimento operário anarquista." Assumindo a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres de São Paulo e Santos. (p. 399).

¹⁵ SCHMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (Orgs.), op. cit. , pp.106-112.

¹⁶ Como delegada de honra Mrs. Carrie Chapman Catt, Presidente Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e da Associação Pan-Americana de Mulheres. Participaram também algumas Associações, entre elas a Liga de Professores, a Cruzada Nacional Contra a Tuberculose, o Centro Social Feminino, a Cruz Vermelha, a Legião da Mulher Brasileira, a União dos Empregados no Comércio. Representantes de vários estados da federação, como: Pernambuco, Paraíba, Bahia e Sergipe, Pará, Santa Catarina, Amazonas, Espírito Santo e também do Distrito Federal. E diversos colaboradores, entre eles: Dr. Estácio Coimbra, Senadores Lauro Muller e Lopes Gonçalves, Deputados José Augusto e Tavares Cavalcanti, Dr. Fernando de Magalhães, Dr. Moncorvo Filho, Dr. P. Fontenelle, Dr. Evaristo de Moraes, Dr. Affonso Bandeira de Mello. Foram instituídas as seguintes Comissões: Educação e instrução, Legislação do trabalho, Assistência às mães e a infância, Direitos civis e políticos, Carreiras e profissões apropriadas a serem franqueadas ao sexo feminino, Relações Pan-Americanas e Paz.

¹⁷ Mantivemos a escrita original dos documentos.

¹⁸ Composta por: Esther Pedreira de Mello, Benevenuta Ribeiro, Diretora da Escola Profissional Feminina Rivadavia Correa, Maria Xaltrão Gaze, Diretora da Escola de Aplicação, delegadas da Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, Corina Barreiros, Maria Adelaide Quintanilha e Brites Soares pela Federação, Carmem de Carvalho e Anna Borges Ferreira pela Liga do Distrito Federal, Branca Canto de Mello pela Liga Paulista pelo Progresso Feminino, Carneiro Leão, Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e os Deputados José Augusto e Tavares Cavalcante.

¹⁹ E SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro: Anped; Campinas-SP: Autores Associados, set./out./nov./dez./2000, n.15, pp.97-117.

²⁰ De acordo com Escragnolle Dória (1939), professor emérito, em sua obra **Memória histórica do Colégio Pedro Segundo**, uma publicação comemorativa do 1º centenário daquela instituição escolar, em 2 de dezembro de 1937, o Colégio teve origem no Seminário São Joaquim. A proposta de reorganização desse Seminário ocorreu na Regência de Pedro de Araújo Lima, o Marques de Olinda, sendo Ministro da Justiça e Interino do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos. Através do Decreto de 2 de dezembro de 1837 o Seminário foi batizado de "Collegio de Pedro Segundo". A data foi escolhida de propósito por conta da passagem natalícia do Imperador Pedro II. A inauguração aconteceu em 25 de março de 1838.

²¹ No ano anterior, em virtude de uma interpretação dada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino a um dispositivo do decreto n. 16.782A, permitiu-se que no Externato ingressasse uma aluna de nome Yvonne Monteiro da Silva, iniciando seus estudos no ano seguinte. Isso abriu precedente para outras matrículas. Então, naquele ano de 1927, encontramos matriculadas no Externato 27 (vinte e sete) meninas e 717 (setecentos e dezessete) meninos. Porém, em 1882, já encontramos algumas poucas matrículas de meninas no conceituado Colégio. Conforme Escragnolle Dória (1939, p.170), a abertura do ano letivo de 1883 no Externato seria marcado por uma novidade. O Dr. Candido Barata Ribeiro, lente de medicina, requereu matrícula no 1º ano para suas filhas Cândida e Leonor Borges Ribeiro. Ocupava a Pasta do Império, o senador Pedro Leão Velloso, o qual por aviso de 22 de fevereiro de 1883 autorizou o reitor da Instituição a admitir no externato "alunas do sexo feminino", por não existir disposição legal proibitiva. Além das filhas do médico, aproveitaram-se da concessão Maria Julia Picanço da Costa, Olympia e Zulmira de Moraes Kohn. Mas, em 1889 as alunas são transferidas para estabelecimentos de ensino "próprios para o sexo feminino", voltando aquela instituição educativa a ser exclusivamente para o sexo masculino até 1926.